

Diploma: **CIVA** - ARTIGO 6º nº 8, ALÍNEA J)
DL 347/85, DE 23 DE AGOSTO

Assunto: TELECOMUNICAÇÕES
REGIÕES AUTÓNOMAS
LOCALIZAÇÃO

Proc.T120 2005083 com despacho concordante do Subdirector-Geral dos Impostos, em substituição do Subdirector-Geral dos Impostos, em 17/11/2005.

1. A consulente é uma sociedade com sede no território nacional e pertence a um grupo que presta telecomunicações a nível europeu, fornecendo serviços de telecomunicações a pessoas físicas e jurídicas residentes no Continente e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. A consulente atribui comissões de intermediação pelos clientes angariados a agentes independentes, sediados no território nacional. Por seu lado, estes agentes independentes pagam à consulente honorários de adesão e de renovação, para serem admitidos como seus agentes.

2. O motivo do pedido de informação vinculativa resulta do facto de, conforme expõe na sua petição, a aplicação das regras de localização definidas no Decreto-Lei nº 347/85, de 23 de Agosto, conjugadas com o Código do IVA, gerar, no seu entender, distorções concorrenciais ao obrigar o sujeito passivo no território do Continente, a facturar serviços de telecomunicações a consumidores finais particularmente nas regiões autónomas com IVA à taxa normal do Continente (actualmente 21%), enquanto que os sediados nas regiões autónomas facturam os mesmos serviços com IVA à taxa normal em vigor nas regiões autónomas (actualmente 15%). Também, em relação, tanto às comissões como aos honorários, a aplicação das regras de localização mantém as distorções concorrenciais resultantes da aplicação das regras supra referidas.

3. A petição apresentada não é, em rigor, um pedido de informação, pois a requerente expõe o facto de a aplicação das regras de localização não ser correcta das operações que descreve, de harmonia com as regras de localização, mas, não concordando com a Administração Fiscal sancione um entendimento diferente do que decorre da aplicação das regras de localização, anula as alegadas distorções concorrenciais.

4. Formula assim, depois de fundamentar, os seguintes entendimentos que pretende ver sancionados pela Administração Fiscal:

- Na facturação de serviços de telecomunicações pela requerente aos clientes sujeitos passivos no território do estabelecimento estável ou domicílio se situe no "Continente", deverá ser liquidado IVA à taxa normal de 21%.
- Na facturação de serviços de telecomunicações pela requerente aos clientes sujeitos passivos no território do estabelecimento estável ou domicílio se situe nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, deverá ser liquidado IVA à taxa normal de 15%.
- Na facturação de serviços de telecomunicações pela requerente aos clientes particulares no território do estabelecimento estável ou domicílio se situe no "Continente", deverá ser liquidado IVA à taxa normal de 21%.
- Na facturação de serviços de telecomunicações pela requerente aos clientes particulares no território do estabelecimento estável ou domicílio se situe nas Regiões Autónomas dos Açores ou da Madeira, deverá ser liquidado IVA à taxa de 15%.
- Na facturação dos honorários de adesão (*start-up fee*) e honorários de renovação pela requerente aos agentes independentes (nas "Regiões Autónomas dos Açores ou da Madeira"), deverá ser liquidado IVA à taxa de 15%.
- Na facturação dos serviços de intermediação pelos agentes independentes à requerente, deverá ser liquidado IVA à taxa de 15%.

5. Como bem refere a consulente, o nº 2 do artº 1º do Decreto-Lei nº 347/85, de 23 de Agosto, estabelece para efeitos de aplicação das taxas em vigor nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira que os estabelecimentos considerados localizados no Continente ou nas Regiões Autónomas, de acordo com o artº 6º do Código do IVA, com as devidas adaptações, de modo a que a expressão "território nacional" utilizada neste artigo, passe a significar "Continente", "Açores" ou "Madeira", consoante o estabelecimento se situe no território do Continente ou nas Regiões Autónomas.

6. Assim, pode dizer-se, procedendo às necessárias adaptações, que, como regra geral, determinados serviços de telecomunicações prestados por um prestador, sujeito passivo do IVA no território nacional, são tributáveis no território (Continente, Açores ou Madeira) onde o mesmo tem a sede ou um estabelecimento estável a partir do qual os serviços sejam prestados ou, na sua falta, o estabelecimento mais próximo do território onde os serviços sejam prestados.

7. Excepcionando a regra geral, a alínea j) do nº 8 do artº 6º do CIVA determina, também, que os serviços de telecomunicações prestados por um prestador, sujeito passivo do IVA no território nacional, são tributáveis no território (Continente, Açores ou Madeira) onde o mesmo tem a sede ou um estabelecimento estável a partir do qual os serviços sejam prestados ou, na sua falta, o estabelecimento mais próximo do território onde os serviços sejam prestados.

adaptações, que os serviços de telecomunicações são tributáveis no território (Continente, / onde o adquirente possui a sua sede, estabelecimento estável ou domicílio, desde que este seja do imposto, mesmo que o prestador dos serviços não tenha no mesmo território sede, estabeleça domicílio a partir do qual os serviços sejam prestados.

8. De harmonia com a alínea g) do nº 8 do artº 6º do CIVA, os serviços de intermediários que nome e por conta de outrem no fornecimento das prestações de serviços de telecomunicações seguindo o mesmo critério referido no ponto anterior.

9. Tomando por base as regras de localização das operações tributáveis, enunciadas nos pontos de informação, as quais resultam da conjugação do disposto no Decreto-Lei nº 347/85 com o disposto no Código do IVA, na parte aplicável às operações a que respeita o presente pedido de informação, o seguinte entendimento, que se transmite ao consulente, tendo em consideração que o sujeito passivo tem sede no território do Continente:

I - Na facturação de serviços de telecomunicações pelo sujeito passivo a clientes sujeitos passivos com sede, estabelecimento estável ou domicílio no território do Continente, é devido IVA à taxa normal de 21 %, por aplicação do disposto no nº 4 do artº 6º do CIVA.

II - Na facturação de serviços de telecomunicações pelo sujeito passivo a clientes sujeitos passivos com sede, estabelecimento estável ou domicílio num dos territórios das Regiões Autónomas, é devido IVA à taxa normal de 15%, por aplicação conjugada do nº 2 do artº 1º do Decreto-Lei nº 347/85, de 23 de Novembro, e da alínea j) do nº 8 do artº 6º do CIVA.

III - Na facturação de serviços de telecomunicações pelo sujeito passivo a clientes com sede no território nacional, independentemente da localização da sua residência dentro do Território Nacional, é devido IVA à taxa normal de 21 %, por aplicação do disposto no nº 4 do artº 6º do CIVA.

IV - Na facturação dos honorários de adesão e de renovação, pelo sujeito passivo aos agentes com sede no território nacional, independentemente da localização da sua residência ou domicílio fiscal dentro do Território Nacional, é devido IVA à taxa normal de 21 %, por aplicação do disposto no nº 4 do artº 6º do CIVA.

V - Na facturação dos serviços de intermediação ao sujeito passivo, pelos agentes com sede no território nacional, independentemente da localização da sua residência ou domicílio fiscal dentro do Território Nacional, é devido IVA à taxa de 21 %, por aplicação da alínea g) do nº 8 do artº 6º do CIVA.

10. Note-se que, pelo teor da sua exposição, o sujeito passivo consulente mostra estar ciente da legalidade das operações que descreve. No entanto, embora se compreendam os seus motivos, ao propor a aplicação das taxas aplicáveis com um critério de mera verificação da localização geográfica, tanto dos serviços como dos intermediários das operações, a verdade é que tal não tem acolhimento legal. A localização das operações tributáveis em vigor e não tem esta Direcção de Serviços, ou a Administração Geral, competência para sancionar um entendimento diverso do que resulta da estrita aplicação